



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2024

Montepio Tesouraria

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto**

Fundo

Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

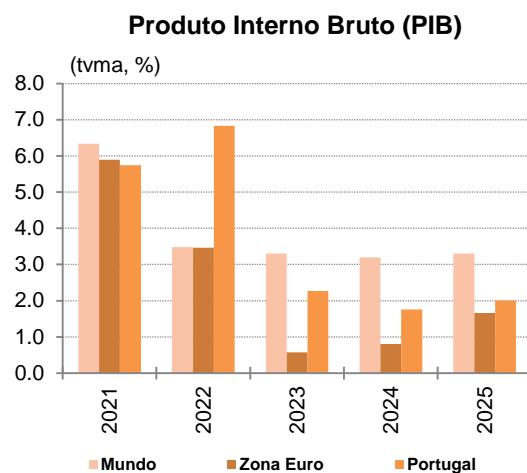
O primeiro semestre deste ano foi marcado pela continuação da resiliência da atividade económica, apesar do enquadramento geopolítico e económico e do declive da *yield curve* nos EUA ter atingido, em 2023, níveis acentuadamente negativos, semelhantes aos que precederam recessões anteriores, a que acresce o facto de, desde 1945, a inflação norte-americana nunca ter caído de 5% para 3% sem que tivesse ocorrido uma recessão nos 18 meses seguintes.

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 16 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve as previsões de crescimento para a economia global em 2024, face às previsões de abril, em 3,2% (+3,3% em 2023), mas revendo em alta as perspetivas para 2025, de 3,2% para 3,3%, prevendo, assim, uma ligeira aceleração da atividade no próximo ano, embora mantendo-se abaixo da média de 3,8% no período 2000-2019.

Relativamente às principais economias, o FMI reviu em alta ligeira as previsões de crescimento da economia da Zona Euro em 2024, de 0,8% para 0,9%, referindo que o crescimento da atividade nos países da moeda única parece já ter atingido o seu nível mínimo (em 2023, a economia da região avançou 0,5%), mas mantendo a previsão para 2025, em 1,5%, um crescimento que o FMI considera dever ser sustentado por um consumo privado mais forte devido ao aumento dos salários reais, bem como um investimento mais elevado devido à menor restritividade das condições de financiamento, num contexto de flexibilização gradual da política monetária este ano.

Para os EUA, o FMI cortou a previsão para 2024 em uma décima, para 2,6% (+2,5% em 2023), apontando para uma desaceleração para 1,9% em 2025 (similar ao previsto em abril), face à desaceleração do consumo privado e a um contributo negativo do comércio externo. No entanto, o dinamismo da atividade na viragem do ano reduziu ligeiramente a divergência do produto entre economias dos países, à medida que os fatores cíclicos diminuem e a atividade se torna mais alinhada com o seu potencial.

Para a China, o FMI prevê agora um crescimento de 5,0% em 2024 e 4,5% em 2025 (revisto em +0,4 p.p. em ambos os anos), prevendo para a Índia expansões de 7,0% em 2024 (revisto em +0,2 p.p.) e 6,5% em 2025 (mantendo anterior previsão), para a Rússia de 3,2% em 2024 e 1,5%



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI.

em 2025 (0,0 p.p. e -0,3 p.p. face às anteriores previsões) e para o Brasil de 2,1% em 2024 e 2,4% em 2025 (-0,1 p.p. para este ano e +0,3 p.p. para o próximo).

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê um abrandamento, de 6,7% em 2023 para 5,9% em 2024 (mantendo a previsão de abril), projetando uma nova descida em 2025, para 4,4% (+4,5% nas anteriores previsões). Apesar da desaceleração projetada, o FMI alertou, no entanto, que a inflação nos serviços está a atrasar o progresso na desinflação, o que dificulta a normalização da política monetária. O FMI considerou, inclusivamente, que os riscos ascendentes para a inflação aumentaram, reforçando assim a perspetiva de taxas de juro mais elevadas durante um período ainda mais longo (*higher-for-even-longer*), no contexto da escalada das tensões comerciais e do aumento da incerteza política.

Na atualização de julho do WEO, o FMI indicou que, globalmente, os riscos para as perspetivas continuam equilibrados, mas realçando que alguns riscos de curto prazo aumentaram, incluindo a referida falta de progressos na desinflação dos serviços e pressões sobre os preços decorrentes de novas tensões comerciais ou geopolíticas.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2024 com um crescimento em cadeia de 0,3% no primeiro trimestre, tendo voltado a crescer 0,3% no segundo trimestre e surpreendendo pela positiva o mercado em ambos os trimestres, e num contexto de revisão em alta dos dados dos terceiro e quarto trimestres de 2023 (de quedas de 0,1% para estagnações), deixando de indicar a entrada da economia da Zona Euro numa situação de recessão técnica na segunda metade de 2023, como tinha sido inicialmente reportado e antecipado pelo mercado. A região deverá registar uma ligeira aceleração apenas no final do ano.

Após o abrandamento da economia da região no conjunto do ano de 2023, para um crescimento de cerca de 0,5% (+3,5% em 2022 e +6,0% em 2021), sendo condicionada, designadamente, pelo contexto de elevada inflação e pelo impacto económico das taxas de juro em níveis historicamente elevados, perspetiva-se uma aceleração da economia em 2024, mas para um crescimento ainda reduzido, de apenas 0,8%, um cenário que é partilhado pelas mais recentes projeções da Comissão Europeia (+0,8%, em 15 de maio), estando acima do projetado pela OCDE (+0,5%, em 2 de maio) e ligeiramente abaixo do previsto pelo BCE (+0,9%, em 6 de junho) e pelo FMI (+0,9%, em 16 de julho).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o semestre nos 2,5%, ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE, de 2,0%, mas abaixo do observado no final de 2023 (+2,9%) e ainda mais aquém do registado no final de 2022 (+9,2%), bem como do pico máximo de 10,6% observado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2023 para 5,4% face aos 8,4% verificados no ano anterior, devendo prosseguir ao longo da segunda metade deste ano a atual trajetória descendente – não obstante os riscos

ascendentes provocados pelo atual contexto geopolítico no Médio Oriente e no leste europeu –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 2,3% em 2024.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras na reunião de 6 de junho, reduzindo a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*), de 4,50% para 4,25%, e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*), de 4,00% para 3,75%, devendo dar continuidade a este processo de gradual redução das taxas de juro ao longo do ano.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2024 com um elevado crescimento em cadeia de 0,8% no primeiro trimestre, em aceleração face ao crescimento de 0,7% registado no último trimestre do ano passado, devido ao aumento do contributo da procura externa líquida, refletindo uma forte subida das exportações (+1,5%) e uma queda das importações (-1,3%), enquanto a procura interna registou um ligeiro contributo negativo, com o crescimento do consumo privado (+1,1%) a ser insuficiente para anular a queda do investimento em capital fixo (-3,5%) e o contributo negativo do investimento em existências (-0,4 p.p.), num contexto de uma estagnação do consumo público. O PIB voltou a crescer em cadeia no segundo trimestre, mas em abrandamento (+0,1%), devendo apresentar ao longo na segunda metade do ano crescimentos médios trimestrais em torno de 0,4%/0,5%.

Em termos médios anuais, perspetiva-se, assim, um novo abrandamento da economia portuguesa em 2024, com o PIB a dever crescer em torno de 1,8%, depois de ter crescido 2,3% em 2023 e 6,8% em 2022, este último, o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,7% em 2021 e a diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). Estas perspetivas de crescimento para o ano em curso encontram-se acima das previsões do Governo (+1,5%, publicadas em abril, no âmbito do Programa de Estabilidade 2024-2028), da OCDE (+1,6% em maio), do FMI (+1,7%, em abril) e da Comissão Europeia (+1,7%, em maio), mas um pouco abaixo das previsões do Banco de Portugal (+2,0% em junho).

Ao nível dos preços, assistiu-se, logo no início do ano, a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), dos 1,9% observados em dezembro de 2023 para 2,5% em janeiro, uma aceleração que resultou, em grande medida, do aumento de preços da eletricidade e do fim da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares essenciais. Seguiu-se algum alívio da inflação nos meses seguintes, mas uma nova forte aceleração em maio (de +2,3%, em abril, para +3,8%), que refletiu, essencialmente, o efeito de base associado à redução mensal de preços registada em maio de 2023, no seguimento da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares essenciais, mas também ao efeito “Taylor Swift” (evento que provocou um forte agravamento dos preços, designadamente no alojamento e restauração). A inflação deverá, contudo, retomar a trajetória descendente até final do ano, prevendo-se um abrandamento, em termos médios anuais, para um valor em torno de 2,6% em 2024 (+5,3% em 2023).

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma ligeira volatilidade da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre do ano, embora gravitando em torno dos 6,5% com que havia terminado o ano de 2023, tendo fechado o semestre, em junho, nos 6,7%. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 6,5%, semelhante à observada em 2023, mas com previsão a encontrar-se rodeada de riscos ascendentes.

Após a melhoria das finanças públicas observada em 2023, com o saldo orçamental a passar de um défice de 0,2% do PIB em 2022, para um excedente de 1,2% em 2023 – então beneficiando do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva –, espera-se uma redução do excedente em 2024, o que tem vindo a ser corroborado pelos dados da execução orçamental disponibilizados ao longo do primeiro semestre do ano, com o saldo orçamental em 2024 a dever ficar ligeiramente abaixo do apresentado pelo Governo no Programa de Estabilidade 2024-2028 (+0,3%). Por sua vez, o rácio de dívida pública sobre o PIB deverá manter ao longo deste ano a trajetória descendente iniciada em 2021.

A taxa de poupança dos particulares deverá aumentar em 2024, para um valor em torno de 8,0%, depois dos 6,6% registados em 2023 e dos 6,3% observados em 2022 (o valor mais baixo da série anual do Banco de Portugal, iniciada em 1953) e após ter alcançado picos de 10,6% em 2021 e 11,9% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

Mercados Financeiros

No 1.º semestre de 2024, assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num semestre de ganhos designadamente para os mercados acionistas, depois do aumento registado em 2023. O sentimento de mercado foi suportado, essencialmente, pela continuação da resiliência das economias (nomeadamente da economia americana, que levou as principais entidades internacionais a reverem em alta as perspetivas para o crescimento do PIB do país) ao forte aperto monetário levado a cabo pelos bancos centrais para trazer a inflação de regresso às respetivas metas, com esta resiliência a consubstanciar-se em bons resultados por parte das empresas cotadas, continuando as expectativas favoráveis para o setor tecnológico e ligado à inteligência artificial.

Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram a trajetória de recuperação iniciada em 2023, com variações nos EUA, na Europa e na Ásia, e apenas com movimentos negativos na América Latina, com o índice MSCI mundial a atingir em junho novos níveis máximos históricos. Em todo o caso, os preços das ações foram flutuando ao longo do semestre, influenciados por fatores como a continuação de uma probabilidade não negligenciável de uma recessão global espoletada pela redução dos rendimentos reais das famílias em resultado dos apertos de política monetária e inflação, a continuação da guerra entre a Rússia e Ucrânia, os receios relativos à

navegação no Mar Vermelho (que levaram as principais companhias de navegação a deixar de usar a rota do Canal do Suez, em detrimento da Rota do Cabo da Boa Esperança, mais demorada e onerosa), a subida de receios de uma escalada dos conflitos no Médio Oriente – nomeadamente após o ataque do Irão a Israel, que acabou por não sofrer uma retaliação por parte de Israel que provocasse uma escalada sem retorno e a maior pressão dos efeitos desfavoráveis das subidas das yields nos preços das ações na Europa e nos EUA, em resultado da persistência da inflação e do adiamento do momento percebido pelos mercados relativamente à 1.ª descida de taxas.

Efetivamente, o 1.º semestre do ano ocorreu num contexto de alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e nos EUA, embora com algumas inversões do processo de descida, com a inflação nos serviços a permanecer especialmente elevada, em resultado, nomeadamente, da situação apertada no mercado de trabalho, onde as remunerações continuam com crescimentos acima das médias históricas nos EUA e na Zona Euro. Nos EUA, a inflação (medida pela variação homóloga do IPC) iniciou o ano em queda, tendo depois acelerado em fevereiro e março, mas regressado às descidas de abril a junho (igualando o registo de junho de 2023 e representando mínimos desde março de 2021). Já na Zona Euro, a inflação foi caindo até março, mas depois estabilizou em abril e subiu ligeiramente em maio, tendo em junho retomado a tendência de descida.

Os principais índices de ações dos EUA registaram subidas no 1.º semestre de 2024, com o S&P 500 a avançar 14,5%, encerrando o semestre a fazer novos máximos históricos, alcançados em 18 de junho. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda superior (+18,1%), beneficiando do referido forte comportamento do setor tecnológico, designadamente, do *rally* nas cotadas da inteligência artificial, terminando o semestre também com novos máximos históricos, registados, igualmente, no dia 18 de junho, ao passo que o *Dow Jones* valorizou 3,8%, tendo feito também novos níveis máximos históricos durante o 1.º semestre, no dia 17 de maio. Na Europa, o *Eurostoxx 50* subiu 8,2% – com destaque, em termos setoriais, para as valorizações observadas na tecnologia (+16,9%), na banca (+15,2%), nos media (+14,4%) e na saúde (+13,7%) –, com o índice português PSI a valorizar 1,3%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias [a maior subida coube ao húngaro BUX (+18,9%) e a menor ao português PSI (+1,3%), tendo-se registado apenas uma pontual descida no índice eslovaco SKSM (-0,7%) e no francês CAC 40 (-0,8%)]. O índice MSCI global valorizou 10,3% no 1.º semestre (+20,1% em 2023), fechando o semestre a fazer novos níveis máximos, em 19 de junho.

As *yields* da dívida pública de referência subiram nas principais economias, ainda em resultado das políticas monetárias restritivas que se mantiveram por um período mais longo que o antecipado pelos mercados no final de 2023. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos subiram 43 p.b., para 2,833%, e a 10 anos avançaram 48 p.b., para 2,500%, neste último caso aproximando-se dos 2,968% da sessão de dia 3 de outubro de 2023, quando fechou num máximo desde julho de 2011, mas permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos (-0,856%) registados em 09/03/2020. Nos EUA, as *yields* a 2 anos subiram 50 p.b. para 4,754%, tendo nos 10 anos

aumentado 52 p.b., em 4,396%, aproximando-se dos níveis máximos desde julho de 2007 observados em 19 de outubro de 2023 (4,9898%) e continuando bem acima dos mínimos da série iniciada em 1979 registados em 04/08/2021 (0,507%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos desfavoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, embora tendo chegado a fazer níveis mínimos desde o início de 2022 durante o semestre, em 20 de maio (o índice *Itraxx Cross-Over* subiu 15 p.b., para os 320 p.b., o *Itraxx Financials* 4 p.b., para 72 p.b., e o *Itrax* 1 p.b., para 61 p.b.). Também se observou um comportamento maioritariamente desfavorável nos *spreads* das *yields* da dívida pública da maioria dos países periféricos da Zona Euro, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+22 p.b., para um *spread* de 125 p.b.), seguida de Portugal (+12 p.b., para 75 p.b.) e que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (o qual desceu 5 p.b., para 92 p.b.), seguido da Irlanda (+10 p.b., para 45 p.b.). A contribuir para o agravamento dos *spreads* observado estiveram, já no final do semestre, os receios relativamente aos resultados das legislativas em França (onde a 2.^a volta ocorreu já no 2.^o semestre, no dia 7 de julho), cujas sondagens apontavam para fortes subidas nas votações na extrema direita e esquerda, o que foi encarado pelos mercados como um fator que poderia colocar em causa vários dos consensos até agora obtidos na sociedade francesa, nomeadamente ao nível da condução da política orçamental.

Com a antecipação e posterior concretização, já em junho, do início do ciclo de gradual descida das taxas de juro de referência do BCE, após o ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023, as taxas Euribor apresentaram, essencialmente, descidas ao longo do 1.^o semestre (-20 p.b. nos 3 meses e -18 p.b. nos 6 meses, mas observando-se ainda uma subida de +6 p.b. nos 12 meses). As taxas Euribor fecharam o 1.^o semestre em 3,711% nos 3 meses, 3,682% nos 6 meses e 3,578% nos 12 meses, nos 3 e 6 meses, aumentando a distância face aos níveis máximos desde novembro de 2008 observados, respetivamente, em meados de novembro de 2023 (4.002%) e no início de outubro de 2023 (4.138%), e, nos 12 meses, diminuindo a distância face aos níveis máximos desde novembro de 2008 registados no final de setembro de 2023 (4.228%).

Os índices gerais de *commodities* registaram subidas, com o índice compósito CRB Index a subir 10,1% e o GSCI 8,0% (depois das descidas de 5,0% e 12,2% observadas em 2023), este último sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu uma subida de 10,5%), num contexto de aumento dos preços do Brent e do WTI (*West Texas Intermediate*) de 12,2% e 13,8% (os preços do gás na Europa avançaram 6,4% no 1.^o semestre, após terem subido 56,8% em 2023, 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o semestre num nível 89,1% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022), dos metais de base (+8,8%), do gado (+16,2%) e dos metais preciosos (+13,8%), sendo, no entanto, prejudicado pelas *commodities* agrícolas (-6,3%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2024

A desaceleração da economia global ao longo do ano, que tenderá a continuar a suportar uma descida da inflação, permitiu que algumas das principais autoridades monetárias tenham iniciado o esperado ciclo descendente das taxas de juro no segundo semestre do ano (em particular na Zona Euro, já em junho).

Num contexto de crescimento económico relativamente reduzido, designadamente na Zona Euro, este cenário é consistente com a perspetiva de uma “aterragem suave” da economia, com a inflação controlada sem um grande impacto desfavorável na atividade e no mercado laboral.

Contudo, este cenário relativamente benigno para a economia global está sujeito a diversos riscos e incertezas, esperando-se a persistência das tensões geopolíticas ao longo do segundo semestre deste ano, não se antecipando uma resolução célere dos conflitos militares em curso (com destaque para os conflitos entre Rússia e Ucrânia e no Médio Oriente), o que se poderá traduzir em perturbação das cadeias de abastecimento e pressão sobre os custos de produção.

Outros fatores políticos e geopolíticos continuarão a introduzir incerteza e riscos sobre o contexto económico global ao longo da segunda metade do ano, designadamente, as tensões entre os EUA e a China, nomeadamente em termos de supremacia tecnológica (com impactos no comércio e investimento globais) e políticas aduaneiras, bem como as eleições Presidenciais dos EUA, a acontecer mais perto do final do ano (5 de novembro).

Na União Europeia ressurgiram os receios relativamente aos impactos políticos resultantes das eleições para o Parlamento Europeu realizadas em 9 de junho, nomeadamente em França, onde foi decidida uma dissolução do Parlamento por parte do Presidente do país, Emmanuel Macron, na sequência da vitória expressiva do partido conotado com a extrema-direita, RN – *Renaissance Nationale*. Entretanto, as eleições resultantes dessa decisão conduziram a um cenário político bastante complexo, com a fragmentação do parlamento em 3 blocos e um aumento assinalável do peso dos partidos nos extremos do espectro político.

O abrandamento superior ao esperado da economia chinesa constitui igualmente um risco descendente para a economia mundial, nomeadamente, uma correção significativa do setor imobiliário. Refira-se que, neste setor, o mercado imobiliário não residencial nos EUA também representa um risco descendente, onde os preços têm vindo a cair, a que se junta a evolução adversa em algumas economias europeias, designadamente na alemã.

Muito embora o crédito concedido pelos bancos europeus ao setor imobiliário comercial não seja muito expressivo (na ordem dos 22% do crédito concedido a empresas não financeiras), os riscos associados às exposições dos bancos àquele setor poderão ter sido objeto de disseminação, através da emissão de titularizações e derivados de crédito contendo estes riscos, que poderão

estar domiciliados nas carteiras de instituições de diferente natureza e em várias jurisdições à escala mundial.

Em acréscimo, as autoridades de supervisão monetária têm vindo a reforçar as suas preocupações relativamente à expansão do crédito concedido por intermediários financeiros não bancários, fora do perímetro de atuação dessas autoridades e, conseqüentemente, não sujeitas às regras prudenciais, ao escrutínio e aos critérios de divulgação de informação impostos aos bancos.

Este receio é ampliado pela perspectiva de que a atividade destas instituições não bancárias é financiada principalmente pelos bancos, sobretudo no que respeita os fundos de investimento. Conforme reiterado no último relatório de estabilidade financeira emitido pelo BdP, embora em Portugal este setor não tenha acumulado vulnerabilidades, está exposto a risco de contágio.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro bastante acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica, bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos. Não obstante, segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de junho, os riscos em torno das projeções para a atividade económica portuguesa apresentam-se relativamente equilibrados, embora identificando riscos ascendentes para a inflação.

Assim, o crescimento da atividade poderá ser inferior ao antecipado caso se materializem os riscos de origem externa: (i) agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os preços das matérias-primas e a confiança; (ii) recuperação mais lenta do comércio mundial, num quadro de riscos de fragmentação geoeconómica ou de abrandamento da economia chinesa; (iii) impacto superior ao esperado do aperto das condições financeiras; (iv) possibilidade de uma evolução muito diferente da antecipada da política monetária fora da Zona Euro, em particular nos EUA, que criam alguns fatores de incerteza em torno das atuais projeções de crescimento económico.

Já os riscos de origem interna estão associados a um cenário de alguma incerteza na condução da política económica, no contexto das eleições legislativas que decorreram no 1.º trimestre do ano, e a eventuais atrasos na execução dos fundos europeus. Pela positiva, o BdP refere que o crescimento do rendimento disponível real em Portugal poderá ser mais forte e transmitir-se ao consumo de uma forma mais acentuada do que o considerado atualmente, não obstante esperar-se um aumento da taxa de poupança em 2024 para um valor em torno dos 8,0%, depois dos 6,6% registados em 2023 e dos 6,3% observados em 2022.

No caso da inflação, o BdP realça que o agravamento dos conflitos geopolíticos pode levar a um aumento dos preços de algumas matérias-primas. Acresce que as recentes surpresas em alta no preço dos serviços sugerem que os efeitos indiretos e de segunda ordem do ciclo inflacionista poderão ser mais persistentes, adiando a convergência para o objetivo de inflação do BCE.

De notar que a ainda elevada restritividade da política monetária, as pressões inflacionistas que subsistem, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e também o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes ao longo da segunda metade deste ano, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, sobretudo naquelas mais vulneráveis, com rendimentos mais reduzidos. A deterioração da situação financeira conjugada com a redução de buffers de liquidez das famílias e empresas, potencia a materialização do risco de crédito, levando à deterioração da qualidade do mesmo, e conseqüentemente ao avolumar de insolvências em alguns setores da atividade empresarial.

Numa perspetiva de estabilidade financeira, a análise dos riscos climáticos e riscos de transição digital assume um papel crítico na atuação dos bancos, designadamente ao nível de governance e respetivos modelos de negócio, bem como na sua apetência para apoiar volumes significativos de financiamento necessários ao cumprimento das metas de neutralidade carbónica, pelo que o desenvolvimento de técnicas de análise e políticas de avaliação adequadas será fundamental.

Importa ainda realçar que os progressos a que se assiste na transformação digital, com a canalização de avultados investimentos e crescente incorporação de desenvolvimentos associados à Inteligência Artificial, têm vindo caracterizar a sua natureza cada vez mais sistémica. Desta forma, a avaliação e controlo de riscos operacionais e de cibersegurança, com a crescente sofisticação de incidentes, continua a dominar a atenção dos bancos.

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, doravante denominado Fundo ou Montepio Tesouraria, iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993, tendo como objetivo a garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco. O património do Fundo é constituído por obrigações, instrumentos de mercado monetário, depósitos bancários e unidades de participação de outros fundos. O Fundo deterá em permanência entre 50% e 85% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global do Fundo.

O Montepio Tesouraria não pode investir em metais preciosos nem certificados representativos destes, ações, obrigações convertíveis ou obrigações que conferem o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações, títulos de dívida subordinada, títulos de participação, instrumentos financeiros derivados com finalidade diversa da cobertura de risco e unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos ativos referidos.

As aplicações em obrigações de taxa fixa (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro) não sujeitas a qualquer tipo de cobertura do risco de taxa de juro, não representam mais do que 25% do valor global da carteira. O Montepio Tesouraria investirá em títulos de dívida de obrigações de Empresas ou de Estados com qualidade creditícia de “*investment grade*”, recorrendo a informação financeira considerada relevante e adequada ao processo de investimento, tendo presente os objetivos de risco e retorno.

O Fundo pode deter ativos denominados em moedas não Euro, mas recorrerá aos instrumentos derivados financeiros adequados para a cobertura total do risco cambial. Adicionalmente, e com carácter pontual, o Fundo pode utilizar instrumentos financeiros derivados com finalidade de cobertura de risco de taxa de juro.

O Fundo não pode deter mais de 10% do seu valor líquido global em Unidades de Participação de outros fundos.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o Fundo pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em

consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o Fundo não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2024 foi de 1,59%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2014	0,36%	Classe 1	
2015	0,46%	Classe 1	
2016	0,47%	Classe 1	
2017	0,59%	Classe 1	
2018	-1,05%	Classe 1	
2019	0,33%	Classe 1	
2020	-0,32%	Classe 2	
2021	-0,59%	Classe 1	
2022	-1,29%	Classe 1	
2023	2,51%	-	Classe 1

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última linha da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do Fundo.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 1), corresponde à mais baixa categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2024, de 169,2 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Categoria A			
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2019	79 818 919,52	836 867,6383	95,3782
2020	61 622 118,59	648 159,3601	95,0725
2021	49 681 110,40	525 684,4785	94,5075
2022	43 193 720,03	463 016,5822	93,2876
2023	83 456 866,33	872 755,4108	95,6246
30/06/2024	133 147 063,97	1 370 534,9722	97,1497

Categoria I			
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2023	55 317 575,05	578 256,5280	95,6627
30/06/2024	36 091 090,41	370 966,8239	97,2893

Totais - Categorias A e I		
Anos	VLGF (€)	# UP em circulação
2023	138 774 441,38	1 451 011,9388
30/06/2024	169 238 154,38	1 741 501,7961

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e comissão de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2024.

	2021	2022	2023	30/06/2024
Proveitos	293 915,95	544 335,26	2 919 582,54	3 769 367,63
Custos	625 614,69	1 145 764,35	1 173 877,62	1 423 792,83
Resultado Líquido	(331 698,74)	(601 429,09)	1 745 704,92	2 345 574,80

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rúbricas abaixo identificadas.

	2021	2022	2023	30/06/2024
Comissão de Gestão	70 269,97	92 974,59	190 016,69	241 791,00
Comissão de Depósito	29 279,10	23 706,92	33 277,95	37 823,68
Comissão de Comercialização	134 683,98	181 279,80	256 682,19	240 543,98
Taxa de supervisão	8 582,85	7 132,81	10 390,95	10 856,89
Custos de auditoria	4 624,80	4 786,55	3 461,84	4 833,08
Comissão de carteira de títulos	1 022,05	869,00	432,60	212,14

(valores em Euros)

Lisboa, 22 de agosto de 2024

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2024			2023		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos			
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			2024	2023		
CARTEIRA DE TÍTULOS						CAPITAL DO OIC						
21	OBRIGAÇÕES	124 770 093,82	318 164,03	102 750,40	124 985 507,45	31 673 329,26	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	103 188 296,80	22 546 017,57		
22	AÇÕES						62	VARIÇÕES PATRIMONIAIS	(27 204 613,18)	(69 540 100,52)		
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	90 908 895,95	89 163 191,03		
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS				
25	DIREITOS											
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	5 282 895,61			5 282 895,61	500 000,00	66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 345 574,80	416 983,33		
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	130 052 989,43	318 164,03	102 750,40	130 268 403,06	32 173 329,26		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	169 238 154,37	42 586 091,41		
OUTROS ATIVOS						PROVISÕES ACUMULADAS						
31	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0,00	0,00		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	0,00		
TERCEIROS						TERCEIROS						
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES				
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES				
DISPONIBILIDADES						COMISSÕES A PAGAR						
11	CAIXA						423	COMISSÕES A PAGAR	102 607,13	28 996,90		
12	DEPÓSITOS À ORDEM	9 344 787,68			9 344 787,68	4 315 278,90	424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	2 995 381,28	5 112,39		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	31 864 800,00			31 864 800,00	5 958 000,00	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	3 097 988,41	34 109,29		
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS											
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	41 209 587,68			41 209 587,68	10 273 278,90	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						ACRÉSCIMOS DE CUSTOS						
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	858 152,04			858 152,04	173 592,54	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS				
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO				
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS				
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	858 152,04			858 152,04	173 592,54		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00		
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO						
	TOTAL DO ATIVO	172 120 729,15	318 164,03	102 750,40	172 336 142,78	42 620 200,70		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	172 336 142,78	42 620 200,70		
Total do Número de Unidades de Participação Categoria A						1 370 534,9722	452 007,0718	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria A			97,1497	94,2155
Total do Número de Unidades de Participação Categoria I						370 966,8239	0,0000	Valor Unitário da Unidade de Participação Categoria I			97,2893	0,0000

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE JUNHO 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS			Período		PROVEITOS E GANHOS			Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2024	2023	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2024	2023		
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:				
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	146 446,67	35 148,51	812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 751 774,09	503 966,51		
711+714+717+718	De Operações Correntes	172,38		811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	630 990,12	41 360,86		
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais				
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	212,14	193,80	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos				
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	511 009,45	159 665,96	829	De Operações Extrapatrimoniais				
729	De Operações Extrapatrimoniais			GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 386 603,42	288 314,34	
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	703 087,29	201 213,65	831+838	Outras, de Operações Correntes				
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais				
739	De Operações Extrapatrimoniais			REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES					
IMPOSTOS					851	Provisões para encargos			
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento								
7412+7422	Impostos Indiretos	57 303,43	16 963,63						
7418+7428	Outros Impostos								
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO								
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	5 561,47	3 472,83						
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	1 423 792,83	416 658,38						
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)			3 769 367,63	833 641,71
781	Valores incobráveis				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
782	Perdas extraordinárias			881	Recuperação de Incobráveis				
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos Extraordinários				
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			883	Ganhos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00	884...888	Outros Ganhos Eventuais				
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0,00	0,00		
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	2 345 574,80	416 983,33	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)				
	TOTAL	3 769 367,63	833 641,71		TOTAL	3 769 367,63	833 641,71		
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 288 631,41	555 724,89	D-C	Resultados Eventuais	0,00	0,00		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0,00	0,00	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	2 402 878,23	433 946,96		
B-A	Resultados Correntes	2 345 574,80	416 983,33	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	2 345 574,80	416 983,33		

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA JUNHO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 2024-01-01 a 2024-06-30	De 2023-01-01 a 2023-06-30
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	86 835 138,91	6 362 372,75
	86 835 138,91	6 362 372,75
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	58 717 000,71	7 386 984,70
	58 717 000,71	7 386 984,70
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	28 118 138,20	(1 024 611,95)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	11 054 974,13	1 259 698,20
Reembolso de Títulos e outros ativos	140 762 518,22	30 632 000,00
Juros e proveitos similares recebidos	1 635 186,05	461 928,09
Outros recebimentos da carteira de títulos	0,28	24,18
	153 452 678,68	32 353 650,47
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	177 753 186,91	31 364 414,15
Juros e custos similares pagos	146 446,62	35 148,46
Outras taxas e comissões	212,42	217,98
	177 899 845,95	31 399 780,59
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(24 447 167,27)	953 869,88
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	504 779,14	22 190,70
Outros recebimentos de operações correntes		
	504 779,14	22 190,70
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	243 221,93	56 338,12
Juros Disp./Emprest.	2,00	0,00
Comissão de Comercialização	224 529,83	97 430,67
Comissão de Depósito	37 038,81	10 983,47
Impostos e taxas	44 664,09	14 321,24
Outros pag. Operações correntes	3 357,30	4 247,18
	552 813,96	183 320,68
Fluxo das operações de Gestão Corrente	(48 034,82)	(161 129,98)
Saldo dos Fluxos Monetários do Período	3 622 936,11	(231 872,05)
Disponibilidades no Início do Período	5 721 851,57	4 547 150,95
Disponibilidades no Fim do Período	9 344 787,68	4 315 278,90

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2024

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (Fundo), iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que das mesmas pretendam fazer aplicações predominantemente no curto prazo e de elevada liquidez.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31-12-2023	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 30-06-2024
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I				
Valor base	97 819 467,81	44 861 403,62	0,00	20 032 258,66	19 460 315,97				103 188 296,80
Diferença p/ Valor Base	(49 953 922,39)	41 973 735,29	0,00	18 684 742,05	539 684,03				(27 204 613,18)
Resultados distribuídos	0,00								
Resultados acumulados	89 163 191,04						1 745 704,92		90 908 895,95
Resultados do período	1 745 704,92						(1 745 704,92)	2 345 574,80	2 345 574,80
	<u>138 774 441,38</u>	<u>86 835 138,91</u>	<u>0,00</u>	<u>38 717 000,71</u>	<u>20 000 000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2 345 574,80</u>	<u>169 238 154,37</u>
Nº unidades de participação									
Categoria A	<u>872 755,4108</u>	<u>899 390,2066</u>		<u>401 610,6452</u>					1 370 534,9722
Categoria I	<u>578 256,5280</u>		<u>0,0000</u>		<u>207 289,7041</u>				<u>370 966,8239</u>
Valor da unidade de participação									
Categoria A	<u>95,6246</u>	<u>96,5489</u>		<u>96,4043</u>					<u>97,1497</u>
Categoria I	<u>95,6627</u>		<u>0,0000</u>		<u>96,4833</u>				<u>97,2893</u>

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses foi o seguinte:

CATEGORIA A

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	83 430 840,50	95,8894	870 073,5235
Fevereiro	88 721 565,50	96,1635	922 611,5068
Março	98 059 601,23	96,4409	1 016 784,7760
Abril	106 435 434,04	96,6761	1 100 948,7795
Maió	120 110 834,18	96,9255	1 239 208,4031
Junho	133 147 063,97	97,1497	1 370 534,9722

CATEGORIA I

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	50 475 732,35	95,9446	526 092,5579
Fevereiro	50 628 383,85	96,2347	526 092,5579
Março	50 783 373,76	96,5294	526 092,5579
Abril	40 896 630,18	96,7813	422 567,3164
Maió	36 001 626,04	97,0481	370 966,8239
Junho	36 091 090,41	97,2893	370 966,8239

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2024 tem a seguinte composição:

Montepio Tesouraria						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PGB Float 23/07/25	20 000	265.00		20 265.00	436.27	20 701.27
Sub-Total:	20 000	265.00	0.00	20 265.00	436.27	20 701.27
01.01.03 - Obrigações diversas						
MS 1.75% 30/01/25	688 506	3 629.50		692 135.50	5 120.90	697 256.40
MCD 2.375% 27/11/24	492 565	4 507.50		497 072.50	7 040.64	504 113.14
NESNVX 0% 12/11/2024	483 210	10 095.00		493 305.00		493 305.00
UNANA 0.5% 06/01/25	782 833	4 399.20		787 232.00	1 934.43	789 166.43
PG 0.625% 30/10/2024	777 678	14 046.00		791 724.00	3 346.99	795 070.99
BMO Float 06/06/25	1 304 549		-1 389.70	1 303 159.00	3 811.53	1 306 970.53
BMO Float 12/04/2027	1 799 461		-784.00	1 798 677.00	17 528.00	1 816 205.00
BACR Float 12/05/26	1 110 961		-4 795.50	1 106 165.50	7 195.65	1 113 361.15
BBVASM Flt 11/26/25	2 629 384	1 296.40		2 630 680.00	12 135.86	2 642 815.86
BBVASM Flt 07/06/27	500 000	42.50		500 042.50	1 400.67	501 443.17
SANTAN Float 29/1/26	1 999 191	8 039.00		2 007 230.00	15 904.00	2 023 134.00
SANTAN Float 16/1/25	4 413 756		-2 051.70	4 411 704.00	41 549.20	4 453 253.20
LLOYDS Float 05/3/27	501 945		-75.00	501 870.00	1 618.50	503 488.50
BNP Float 20/03/26	1 402 990		-3 340.00	1 399 650.00	1 718.38	1 401 368.38
HSBC Float 24/09/26	1 220 577		-11 169.00	1 209 408.00	1 096.67	1 210 504.67
MS Float 19/03/27	2 005 771		-451.00	2 005 320.00	2 907.33	2 008 227.33
GS Float 19/03/26	2 653 820	12 543.75		2 666 363.75	3 819.46	2 670 183.21
BAC Float 22/09/26	4 969 155		-13 066.30	4 956 088.20	4 496.33	4 960 584.53
C Float 14/05/2028	900 945		-346.50	900 598.50	5 301.60	905 900.10
TD Float 20/01/2025	2 907 817		-1 857.20	2 905 959.50	24 512.25	2 930 471.75
TD Float 16/04/2026	1 601 799		-815.00	1 600 984.00	14 534.58	1 615 518.58
SRGIM Float 02/08/24	193 700	6 450.00		200 150.00	1 411.67	201 561.67
SRGIM Float 15/04/26	1 202 940		-582.00	1 202 358.00	11 052.07	1 213 410.07
NWG Float 13/01/2026	1 513 247	2 165.50		1 515 412.50	15 675.92	1 531 088.42
NWG Float 09/01/2026	1 807 825		-273.50	1 807 551.00	18 612.75	1 826 163.75
SOCGEN Flt 13/01/25	1 903 235		-242.50	1 902 992.50	17 702.30	1 920 694.80
SOCGEN Float 19/1/26	3 311 549		-2 820.50	3 308 728.50	29 409.88	3 338 138.38
TOYOTA Flt 08/31/25	2 306 382		-551.50	2 305 830.50	8 187.62	2 314 018.12
TOYOTA Float 09/2/27	1 410 865		-1 667.00	1 409 198.00	9 209.04	1 418 407.04
BNS Float 02/05/2025	3 005 320	2 195.00		3 007 515.00	21 325.00	3 028 840.00
BNS Float 12/12/25	803 628		-560.00	803 068.00	1 799.93	804 867.93
BNS Float 10/06/2027	600 000	42.00		600 042.00	1 499.75	601 541.75
RY Float 17/01/2025	2 305 302		-886.00	2 304 416.00	20 690.42	2 325 106.42
NACN Float 13/06/25	1 602 677	2 179.00		1 604 856.00	3 431.20	1 608 287.20
NACN Float 06/03/26	401 040		-630.00	400 410.00	1 172.78	401 582.78
DAIGR Float 03/07/24	1 403 637		-3 637.00	1 400 000.00	15 028.14	1 415 028.14
ABNANV Float 10/1/25	1 503 606		-1 558.40	1 502 047.50	14 527.67	1 516 575.17
ABNANV Float 15/1/27	1 408 258		-417.60	1 407 840.00	13 492.97	1 421 332.97

Montepio Tesouraria						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.03 - Obrigações diversas						
TFloat 06/03/2025	600 996	261.00		601 257.00	1 738.33	602 995.33
CAT Float 08/12/2025	401 588		-210.00	401 378.00	957.83	402 335.83
BACR Float 08/05/28	400 828		-278.00	400 550.00	2 774.40	403 324.40
SIEGR Float 18/12/25	1 104 254		-1 069.50	1 103 184.50	1 567.04	1 104 751.54
RABOBK Float 11/3/26	804 777	2 107.00		806 884.00	5 788.56	812 672.56
VW Float 16/11/2024	2 054 350		-43 680.00	2 010 670.00	13 733.56	2 024 403.56
VW Float 27/03/2026	301 500		-225.00	301 275.00	144.93	301 419.93
ACAFP Float 07/03/25	3 104 358	1 423.80		3 105 781.50	8 415.47	3 114 196.97
BFCM Float 28/04/25	1 803 193		-817.00	1 802 376.00	13 179.60	1 815 555.60
BFCM Float 12/01/26	802 184		-504.00	801 680.00	7 754.67	809 434.67
ISPIM Float 17/03/25	3 003 901	3 823.60		3 007 725.00	5 073.83	3 012 798.83
ISPIM Float 16/11/25	905 807		-605.00	905 202.00	5 317.60	910 519.60
ISPIM Float 16/04/27	800 605		-353.00	800 252.00	7 638.84	807 890.84
INTNED Flt 02/10/26	805 565	875.00		806 440.00	9 136.00	815 576.00
BMW Float 11/07/2025	1 300 372	700.17		1 301 072.50	12 039.30	1 313 111.80
BMW Float 05/06/26	399 950	42.40		399 992.00	1 138.80	401 130.80
JPM Float 06/06/2028	601 266		-114.00	601 152.00	1 825.83	602 977.83
SGOFF Float 18/07/24	200 432		-420.00	200 012.00	1 687.20	201 699.20
CM Float 09/06/2025	2 203 242	2 434.50		2 205 676.00	5 460.58	2 211 136.58
MBGGR Float 29/09/25	599 979	393.00		600 372.00	196.10	600 568.10
OPBANK Flt 11/21/25	902 237	746.50		902 983.50	4 417.75	907 401.25
MBGGR Float 09/04/26	800 504		-508.00	799 996.00	7 516.11	807 512.11
Sub-Total:	85 732 009	84 437.32	-102 750.40	85 713 695.45	498 704.41	86 212 399.86
01.01.12 - Outros instrum. de dívida de curto prazo						
SGLT 0% 09/08/2024	1 978 209	14 270.99		1 992 480.00		1 992 480.00
BTF 0% 21/08/2024	7 174 270	88 828.73		7 263 098.50		7 263 098.50
BGTB 0% 11/07/2024	690 901	8 473.00		699 373.50		699 373.50
BUBILL 0% 18/09/24	9 830 276	98 224.13		9 928 500.00		9 928 500.00
PORTB 0% 19/07/24	2 981 765	13 029.91		2 994 795.00		2 994 795.00
BTF 0% 11/09/2024	8 431 611	6 849.48		8 438 460.00		8 438 460.00
PORTB 0% 20/09/2024	7 931 055	3 785.47		7 934 840.00		7 934 840.00
Sub-Total:	39 018 085	233 461.71	0.00	39 251 547.00	0.00	39 251 547.00
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.11 - Papel comercial						
ECP REN 4.00% 29JUL2	2 482 896			2 482 895.61	9 379.83	2 492 275.44
NOS242# 4.00%18JUL24	1 300 000			1 300 000.00	1 588.89	1 301 588.89
NOS243# 4.00%18JUL24	1 500 000			1 500 000.00	833.33	1 500 833.33
Sub-Total:	5 282 896	0.00	0.00	5 282 895.61	11 802.05	5 294 697.66
Total	130 052 989	318 164.03	-102 750.40	130 268 403.06	510 942.73	130 779 345.79

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31-12-2023	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30-06-2024
Caixa				
Depósitos à ordem	5 721 851,57	243 760 151,20	240 137 215,09	9 344 787,68
Depósitos a prazo e com pré-aviso	32 604 500,00	62 810 150,00	63 549 850,00	31 864 800,00
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	38 326 351,57	306 570 301,20	303 687 065,09	41 209 587,68

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,70% anual na Classe A e 0,50% anual na Classe I, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão, a comissão cobrada anualmente é de 0.475%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 12 - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2024, os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

<u>Maturidade</u>	<u>Valor da Carteira €</u>
De 0 a 1 ano	8 544 364,61
	<u>8 544 364,61</u>

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2024

Os diversos custos imputados ao Fundos em 30 de junho de 2024 são os seguintes:

<u>Custos imputados ao Fundo em 30-06-2024</u>	<u>Categoria A</u>		<u>Categoria I</u>	
	<u>Valor (em Euros)</u>	<u>Percentagem de VLG (1)</u>	<u>Valor (em Euros)</u>	<u>Percentagem de VLG (1)</u>
Comissão de Gestão	407 945,77	0,40%	74 389,22	0,17%
Componente Fixa	407 945,77	0,40%	74 389,22	0,17%
Componente Variável	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Comissão de Comercialização	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	26 186,88	0,03%	11 636,80	0,03%
Custos de auditoria	3 346,14	0,00%	1 486,94	0,00%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	25 822,46	0,03%	11 474,86	0,02%
Outros encargos	504,29	0,00%	224,10	0,00%
Total	471 322,21	0,46%	102 552,14	0,22%
Taxa Encargos Correntes (TEC)		0,46%		0,22%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE DO OIC

No 1.º semestre de 2024, assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022 suportado, essencialmente, pela continuação da resiliência das economias ao forte aperto monetário levado a cabo pelos bancos centrais. As principais bolsas mundiais mantiveram a trajetória de recuperação iniciada em 2023.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2024 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2024
Orgãos de Gestão	303 742,14 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	650 357,69 €
Nº de colaboradores	31

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 22 de agosto de 2024

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (o “OIC”), gerido pela **Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA** (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 172 336 143 euros e um total de capital do OIC de 169 238 154 euros, incluindo um resultado líquido de 2 345 575 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;

- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2024



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC nº 1366, inscrita na CMVM sob o nº 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC